

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 9 de abril de 2026 • Nº 2274 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CNI

Indústria fatura 4,9% a mais em fevereiro

O faturamento real da indústria de transformação cresceu 4,9% em fevereiro, segundo os Indicadores Industriais divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ontem. Em janeiro, o avanço havia sido de 1,3%, o que leva a um aumento acumulado de 6,2% em relação a dezembro de 2025. Apesar da sequência positiva no iní-

cio do ano, o desempenho não indica uma retomada consistente do setor, que continua pressionado pelos juros altos e pela desaceleração da economia. Na comparação com o mesmo período de 2025, o cenário é negativo. O faturamento da indústria recuou 8,5% no primeiro bimestre de 2026, considerando os meses de janeiro e fevereiro. De

acordo com a CNI, o resultado reflete mais uma base de comparação enfraquecida do que uma melhora estrutural na atividade industrial. "Ainda é cedo para apontar uma reversão do quadro negativo visto desde o segundo semestre do ano passado", afirma Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da entidade. **PÁGINA 2**

CONGRESSO

Governo envia esta semana PL do fim da escala 6x1

O governo federal enviará ao Congresso Nacional, ainda nesta semana, um projeto de lei (PL) que trata da redução de jornada semanal de trabalho sem redução de salários para o trabalhador. A informação é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista ao canal ICL Notícias, ontem. Terça-feira, entretanto, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, disse que o debate ocorrerá por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que, atualmente, está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Embora tenha reconhecido a existência de outras propostas no Legislativo, o presidente Lula defendeu um texto próprio do governo para nortear a discussão. **PÁGINA 7**

PORTO DO AÇU

Municípios do RJ receberão R\$ 237 mi em royalties extras

Três cidades do RJ serão beneficiadas com mais de R\$ 237 milhões em repasses de royalties acumulados desde 2016, após o Porto do Açu ser reconhecido oficialmente como base de embarque e desembarque de petróleo. A decisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) foi publicada na última quinta-feira, e impacta diretamente a distribuição das receitas provenientes das operações de transbordo do Açu. Os pagamentos retroativos contemplam os municípios de São João da Barra (R\$ 99,1 milhões), Campos dos Goytacazes (R\$ 72,7 milhões) e São Francisco de Itabapoana (R\$ 65,3 milhões). Atualmente, mais de um terço do petróleo bruto exportado pelo Brasil passa pelo Terminal de Petróleo (T-Oil). **PÁGINA 8**

Anfavea

Produção de veículos atinge melhor resultado desde 2019



DIVULGAÇÃO

O desempenho do setor automotivo em março superou as expectativas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Segundo balanço da associação, divulgado ontem, este foi o melhor mês para a produção de veículos desde outubro de 2019 e também o melhor mês de março desde 2018, com 264,1 mil unidades produzidas entre automóveis, comerciais leves, ônibus e caminhões. Isso representou uma alta de 35,6% sobre março de 2025 e de 27,6% sobre fevereiro. "Tivemos um excelente número de produção no mês de março, o melhor resultado em um mês desde outubro de 2019, pré-pandemia. Esse foi um dado que nos chamou bastante a atenção", disse Igor Calvet (foto), presidente da Anfavea, durante entrevista à imprensa. **PÁGINA 4**

Preços de automóveis usados sobem 2,16% no 1º trimestre

O IBV Auto, índice do banco BV que acompanha a variação dos preços de automóveis leves usados no Brasil, acelerou a alta a 0,71% em março após avançar 0,55% em fevereiro. Em janeiro, o indicador havia subido 0,9%. Com os dados, o IBV Auto terminou o primeiro trimestre com crescimento de 2,16%. Segundo o BV, é a taxa mais alta em quatro anos. O IBV Auto encerrou o primeiro trimestre com o maior percentual desde 2022, confirmando o aquecimento do mercado de usados.

PREOCUPAÇÃO

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



Lula defende que o Brasil acabe com a jogatina das bets

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) defendeu, ontem, a proibição, no Brasil, das apostas eletrônicas de quota fixa, as chamadas de bets. Em entrevista ao canal ICL Notícias, Lula mostrou preocupação sobre o nível de endividamento da população brasileira e o agravamento de problemas de saúde pública decorrentes do vício em jogos. "Se depender de mim, a gente fecha as bets", disse, ressaltando que uma decisão final sobre o assunto depende de articulação com o Congresso Nacional. "Não é possível a gente continuar com essa jogatina desenfreada nesse país. Isso leva a sociedade a cometer desvios", acrescentou Lula. O debate político, entretanto, seria complexo, já que, segundo o presidente, o setor de apostas possui forte influência e financia parlamentares e partidos políticos. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA 0,05% / 188.052,02 / 99,11 / Volume: 25.848.184.335 / Negócios: 3.399.751						Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,73% (fev.)	EURO turismo					
Mais Negociados						Majores Altas			Majores Baixas			Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	0,56% (fev.)	Compra: 6,0175	Venda: 6,1972	
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	(18/03)	14,75%	CDI	(18/03)	14,65%	DÓLAR Ptax - BC	
PETR4	48,15	+1,65	+0,78	BIED3	10,04	+16,47	+1,42	MWET4	21,00	-16,57	-4,17	S&P 500	6.582,69	+0,11	OURO			+0,09%
BBD4	19,12	-1,60	-0,31	AZTE3	0,510	+15,91	+0,070	JOPA3	18,70	-13,06	-2,81	NASDAQ Composite	21.879,181	+0,18	BM&F/grama/RJ	R\$ 776,24		Venda: 5,1594
B3SA3	18,59	+0,38	+0,07	ARND3	0,800	+11,11	+0,080	AZEV4	0,15	-11,76	-0,02	Nasdaq 100	24.045,532	+0,11	EURO Comercial			Compra: 5,1807
ABEV3	15,28	-0,52	-0,08	RCSL4	0,98	+8,89	+0,08	OIBR3	0,15	-11,76	-0,02	Euronext 100	1.761,81	-0,58	Poupança	03/04)	0,6761%	Venda: 5,3607
VAM03	3,690	-2,12	-0,080	JALL3	3,700	+8,82	+0,300	PTBL3	2,43	-10,99	-0,30	CAC 40	7.877,5	-1,30				

MERCADOS



Bovespa segue euforia global e renova recordes, com foco em EUA-Irã

LUÍS EDUARDO LEAL
E ARÍCIA MARTINS/AE

Com a retirada de prêmios de risco em diferentes classes de ativos, na esteira da trégua de duas semanas entre EUA e Irã, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) renovou máxima histórica intradía pela manhã ontem, aos 193.759,01 pontos, e fechou o dia ainda em alta de 2,09%, aos 192.201,16 pontos, também em recorde para encerramentos, superando marcas que prevaleciam, pela ordem, desde 25 e 24 de fevereiro.

Foi o sétimo ganho consecutivo para o Índice Bovespa (Ibovespa) da B3, e o maior desde 31 de março, quando havia encerrado o mês com alta de 2,71% naquela sessão. É a maior série de avanços para o Ibovespa desde as 15 sessões entre 22 de outubro e 11 de novembro passado.

O giro financeiro desta quarta-feira chegou a R\$ 41,8 bilhões, bem forte para um pregão sem vencimento de opções sobre o índice, como o desta quarta, em que agregou quase 4 mil pontos em relação ao fechamento anterior.

Na semana, o Ibovespa avança 2,21% e, em abril, sustenta ganho de 2,53% no agregado de cinco sessões. No ano, sobe 19,29%. O dólar teve queda de 1,01%, a R\$ 5,1029, em dia de forte retração também para a curva do DI, acompanhando o exterior, com devolução de prêmios após a tensão global que se viu até a noite da terça-feira, quando se tomou conhecimento do entendimento provisório entre EUA e Irã.

Em Nova York, os principais índices de ações fecharam em alta de 2,85% (Dow Jones), 2,51% (S&P 500) e 2,80% (Nasdaq). Na B3, dentre as blue chips, apenas as ações de Petrobras (ON -4,42%, PN -3,92%) encerraram em baixa, refletindo a correção do petróleo na sessão. Principal ação do Ibovespa, Vale ON subiu 2,27% e,

entre as maiores instituições financeiras, os ganhos chegaram a 5,00% em Bradesco PN. Na ponta ganhadora, Hapvida (+9,06%), Vamos (+7,91%) e Direcional (+7,88%). No lado oposto, além das duas ações de Petrobras, destaque para Prio (-5,49%), Brava (-3,38%) e Ultrapar (-3,17%).

Ante a distensão geopolítica, tanto o Brent como o WTI voltaram a ser negociados bem abaixo do limiar psicológico de US\$ 100 por barril, neste meio de semana, acompanhando a expectativa pela reabertura do Estreito de Ormuz, essencial para a recuperação da oferta produzida na região do Golfo. No começo da tarde, os contratos futuros de petróleo pouco reagiram à notícia de que o tráfego de petroleiros pelo estreito foi completamente interrompido, segundo a agência iraniana Fars, após Israel violar termos do cessar-fogo e atacar o Líbano.

Dessa forma, o petróleo WTI para maio, negociado em Nova York, fechou em queda de 16,4% (US\$ 18,54), a US\$ 94,41 o barril, no menor nível desde 25 de março. Já o Brent para junho, em Londres, encerrou em baixa de 13,3% (US\$ 14,52), a US\$ 94,75 por barril, no menor nível desde 11 de março. Foram as maiores quedas em porcentual para ambas as referências desde abril de 2020, na pandemia de covid-19.

DÓLAR

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em baixa de 1,1%, a R\$ 5,1029, menor nível desde maio de 17 de maio de 2024, refletindo a descompressão dos prêmios de risco globais após o acordo de cessar-fogo de duas semanas entre Estados Unidos e Irã, anunciado na terça à noite pelo presidente norte-americano, Donald Trump.

Pela manhã, a divisa chegou a operar abaixo de R\$ 5,10, com mínima a R\$ 5,0656.

CNI

Faturamento da indústria cresce 4,9% em fevereiro

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O faturamento real da indústria de transformação cresceu 4,9% em fevereiro, segundo os Indicadores Industriais divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ontem. Em janeiro, o avanço havia sido de 1,3%, o que leva a um aumento acumulado de 6,2% em relação a dezembro de 2025.

Apesar da sequência positiva no início do ano, o desempenho não indica uma retomada consistente do setor, que continua pressionado pelos juros altos e pela desaceleração da economia.

QUEDA EM 12 MESES

Na comparação com o mesmo período de 2025, o cenário é negativo. O faturamento da indústria recuou 8,5% no primeiro bimestre de 2026, considerando os meses de janeiro e fevereiro.

De acordo com a CNI, o resultado reflete mais uma base de comparação enfraquecida do que uma melhora estrutural na atividade industrial.

"Ainda é cedo para apontar uma reversão do quadro negativo visto desde o segundo semestre do ano passado", afirma Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da entidade.

PRODUÇÃO REAGE

As horas trabalhadas na produção cresceram 0,7% em fevereiro, registrando o segundo avanço consecutivo. Ainda assim, o indicador acumula queda de 2,7% na comparação com o primeiro bimestre de 2025.

Segundo a CNI, o aumento recente compensa apenas parte das perdas registradas ao longo da segunda metade do ano passado.

CAPACIDADE ESTÁVEL

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) apresentou leve recuo, passando de 77,5% em janeiro para 77,3% em fevereiro. No acumulado do bimestre, o nível está 1,6 ponto percentual

abaixo do registrado no mesmo período de 2025.

EMPREGO PARADO

Os indicadores do mercado de trabalho industrial permaneceram praticamente estáveis. O emprego caiu 0,1% em fevereiro, na comparação com janeiro, e acumula retração de 0,4% no primeiro bimestre frente ao ano anterior.

A massa salarial e o rendimento médio não tiveram variações relevantes no mês. No acumulado do ano, a massa salarial registra alta de 0,9%, enquanto o rendimento médio cresceu 1,4% em relação ao mesmo período de 2025.

IMPOSTO

Receita regulamenta tributação mínima de 15% para multinacionais

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A implementação do imposto mínimo global de 15% para grandes grupos multinacionais no Brasil deu mais um passo para entrar em vigor.

A Receita Federal publicou a Instrução Normativa 2.319/2026, que regulamenta a declaração e o recolhimento do adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para garantir a tributação mínima e alinhar o Brasil a países desenvolvidos.

A medida integra o conjunto de regras alinhadas ao modelo internacional conhecido como Pilar 2, desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Uma das bandeiras do Brasil quando o país ocupou a presidência do G20 - o grupo das 19 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana -, a proposta busca assegurar uma tributação mínima efetiva, além de combater práticas de evasão fiscal e planejamento tributário agressivo (planejamento para pagar menos tributos).

Pela nova norma, os valores apurados segundo as regras do

Pilar 2 da OCDE, que determinam o adicional da CSLL, deverão ser informados por meio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWeb) até o sexto mês subsequente ao encerramento do exercício fiscal. Para o primeiro ano de aplicação, o prazo se estende até o fim de junho de 2026.

O pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do sétimo mês após o encerramento do exercício, conforme estabelecido também por ato declaratório editado pela Receita em dezembro.

O ato instituiu o código de receita 1809 para o recolhimento do adicional da CSLL.

A regulamentação resolve uma lacuna operacional ao definir como as empresas devem reportar o tributo, incorporando o adicional da CSLL ao fluxo regular de apuração e declaração de tributos federais.

ADOÇÃO NO BRASIL

O Brasil escolheu cobrar um adicional da CSLL para implementar o Qualified Domestic Minimum Top-up Tax (QDMTT), mecanismo que permite aos países tributar localmente a diferença necessária para atingir a alíquota mínima global de 15% so-

bre as multinacionais de grande porte.

A iniciativa faz parte de um acordo firmado por mais de 140 jurisdições no âmbito da OCDE e do G20, com o objetivo de reduzir a erosão da base tributária e impedir a transferência artificial de lucros para paraísos fiscais, prática comum entre grandes multinacionais.

No Brasil, a base legal para a cobrança foi estabelecida após a aprovação, em dezembro, pelo Congresso Nacional, de projeto que instituiu a tributação mínima sobre lucros de multinacionais com receita anual superior a 750 milhões de euros.

A medida colocou o país em linha com economias avançadas que já estão bem à frente na implementação do Pilar 2, também conhecido como GloBE.

IMPACTOS

A nova regra afeta diretamente grupos multinacionais com presença no Brasil, que agora precisarão adaptar seus sistemas contábeis e fiscais para cumprir as exigências das regras GloBE. Isso inclui cálculos mais complexos para determinar a alíquota efetiva de tributação em cada jurisdição.

Embora a regulamentação

traga maior clareza sobre prazos e forma de declaração, ainda há incertezas quanto à operacionalização prática.

A DCTFWeb e seus manuais ainda não foram atualizados para contemplar as especificidades do novo tributo, o que pode gerar dificuldades no cumprimento das obrigações dentro do prazo.

Diante do cronograma apertado para o primeiro ano de vigência das regras, a ausência de orientações técnicas detalhadas pode levar a interpretações divergentes.

Há riscos como o aumento do risco de inconsistências nas declarações e a geração de contenciosos tributários.

Na prática, a nova instrução normativa consolida a adoção do imposto mínimo global no Brasil, alinhando o país aos padrões internacionais e reforçando o mecanismo de transparência e compliance tributário.

Ainda assim, o sucesso da implementação dependerá da publicação de orientações complementares pela Receita Federal e da capacidade de adaptação das empresas às novas exigências, que demandam integração entre equipes locais e estruturas globais dos grupos multinacionais.

2026

Banco Mundial reduz previsão de crescimento do Brasil para 1,6%

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

O Banco Mundial revisou para baixo a previsão de crescimento da economia brasileira em 2026. A projeção de avanço do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos) passou de 2% para 1,6%. A estimativa consta no relatório Panorama Econômico da América Latina e o Caribe, lançado ontem, em Washington, nos Estados Unidos.

A previsão anterior havia sido divulgada em janeiro. O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional formada por 189 países. A instituição faz parte do sistema das Nações Unidas e fica sediada na capital americana.

Ao comentar a redução do crescimento, o economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, Wil-

liam Maloney, apontou efeitos externos, como o choque no preço do petróleo, e elementos internos.

"Tem muita preocupação por parte do consumidor com as taxas de juros altíssimas que afetam consumidores endividados", diz Maloney em entrevista online a jornalistas.

O nível de endividamento das famílias tem sido uma das preocupações do governo, que estuda medidas como o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como forma de trabalhadores quitarem dívidas.

A projeção de crescimento do Banco Mundial está alinhada à do Banco Central (BC) brasileiro, mas abaixo do boletim Focus, que retrata o humor do mercado financeiro, que espera 1,85%. Fica abaixo também da projeção do Ministério da Fazenda, de 2,3%.

SENADO

Durigan diz que vai providenciar resposta para endividamento do agro

CÍCERO COTRIM, NAOMI MATSUI
E MATEUS MAIA/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan (foto), afirmou, ontem, que se comprometeu com o Senado de providenciar uma resposta ao endividamento do agronegócio, principalmente do Sul do País. Ele se reuniu na Casa com senadores e com o presidente Davi Alcolumbre (União-AP). "Nos comprometemos prontamente a providenciar uma resposta nesse momento em que nós estamos preocupados com o endividamento do País, seja das famílias, seja das

pequenas empresas, mas também do setor agro", afirmou.

Ele declarou que ouviu dos senadores que há problemas operacionais em uma linha de crédito lançada no fim do ano passado e que trabalhará para solucionar essa questão. Além disso, disse que terá diálogo para que os senadores Renan Calheiros (MDB-AL), Tereza Cristina (PP-MS) e Jaques Wagner (PT-BA).

"Nós temos aqui alguns dias, algumas semanas para trabalhar o tema, o presidente Davi pediu para que a gente não avançasse sem o diálogo, por-

JOSÉ CRUZ/ABRASIL



tanto, a gente vai cumprir a etapa do diálogo para que em seguida o senador Renan, a sena-

dora Tereza, junto com o senador Jacques Wagner, apresentem uma proposta ao Congresso, ao Senado Federal", completou.

Por fim, afirmou que há a possibilidade de uma nova medida provisória seja feita para, inclusive, corrigir entraves que existam.

"Nós vamos discutir nesses próximos dias, mas há, sim, uma possibilidade na linha do que foi a medida provisória, podendo, inclusive, corrigir alguns entraves que ela teve, ter também mais uma mão estendida às agricultoras do País", disse ele.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.748.188/0001-20

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://endereco_do_jornal_da_publicacao.com.br

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)					Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação, expresso em reais)					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	3	69.906	9.179	188.320	30.958	14	50.216	43.175	387.372	335.932
Contas a receber	4	107.126	75.996	89.069	60.781	15	(48.274)	(39.456)	(163.560)	(161.012)
Estoques		3.533	2.955	5.445	4.865		1.942	3.719	223.812	174.920
Dividendos a receber	19	81.885	37.169	-	-					
Tributos a recuperar	5	3.637	10.100	6.243	13.043	15	(2.555)	(289)	(10.347)	(6.636)
Despesas antecipadas		290	-	2.152	1.139	16	(821)	(1.604)	(9.552)	(2.458)
Outros créditos		178	213	186	24	6	193.729	148.329	-	-
Total do ativo circulante		266.555	135.612	291.415	110.810		190.353	146.436	(19.899)	(9.094)
Não circulante										
Contas a receber	4	-	-	19.333	20.765					
Tributos a recuperar	5	5.871	-	5.871	-					
Mútuos a receber	19	144.347	-	144.347	-	17	15.829	1.892	31.441	4.327
Depósitos judiciais		-	-	1.164	856	17	(142.059)	(2.660)	(150.585)	(9.013)
Investimentos	6	615.947	693.412	-	-		(126.230)	(768)	(119.144)	(4.686)
Imobilizado	7	9.772	8.590	691.370	781.013					
Ativo de direito de uso	8	1.017	1.549	24.942	26.450					
Total do ativo não circulante		776.954	703.551	887.027	829.084		192.295	150.155	203.913	165.826
Total do ativo		1.043.509	839.163	1.178.442	939.894					
Passivo										
Circulante										
Fornecedores	9	13.415	12.169	66.110	51.621					
Empréstimos e financiamentos	12	109.023	2.353	109.023	2.353					
Obrigações tributárias		790	456	8.754	6.541					
Obrigações sociais e trabalhistas		178	297	178	297					
Dividendos a pagar	19	16.516	-	16.516	-	7	1.152	19	96.046	95.280
Passivo de arrendamento	8	12	59	1.150	882	8	548	467	1.523	1.376
Outras obrigações		376	197	379	201	12 e 17	135.807	2.353	135.807	2.353
Total do passivo circulante		140.310	15.531	202.110	61.895		121	121	2.298	2.782
Não circulante										
Fornecedores	9	-	-	23.705	6.171					
Empréstimos e financiamentos	12	894.323	795.280	894.323	795.280					
Passivo de arrendamento	8	938	1.350	28.281	29.533					
Provisão para desmobilização de ativos	11	-	-	21.584	19.827					
Provisão para demandas judiciais	10	-	-	315	186					
Outras obrigações		-	-	186	850.997					
Total do passivo não circulante		895.261	796.630	968.394	850.997		(31.130)	(43.858)	(26.856)	17.501
Total do passivo		1.035.571	812.161	1.170.504	912.894		(19.838)	(27.703)	(9.355)	(11.753)
Lucro líquido do exercício							66.065	149.387	84.769	161.140
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.043.509	839.163	1.178.442	939.894		0.16839	0,38076	0,16839	0,38076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)						
Notas	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Capital	Retenção de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023						
Redução de capital ocorrida no exercício	13.a	(367.413)	-	-	-	(367.413)
Declaração de dividendos de anos anteriores	13.d	-	-	(508.232)	-	(508.232)
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	13.d	-	-	-	(143.385)	(143.385)
Redução de reserva de capital	13.c	-	-	(4.163)	-	(4.163)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	149.387	149.387
Constituição de reserva legal	13.b	-	4.200	-	(4.200)	-
Reserva de lucros	13.b	-	-	1.802	(1.802)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		21.000	4.200	-	1.802	27.002
Declaração de dividendos de anos anteriores	13.d	-	-	(1.802)	-	(1.802)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	66.065	66.065
Distribuição de dividendos mínimos	13.d	-	-	-	(16.516)	(16.516)
Ajuste pelo valor justo de transações com acionistas	13.b	-	-	-	(66.811)	(66.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		21.000	4.200	-	(17.262)	7.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)						
Notas	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Capital	Retenção de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Lucro líquido do exercício						
Outros resultados abrangentes						
Outros resultados abrangentes líquidos						
Total de resultados abrangentes do exercício						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
1. Contexto operacional - A TERP GLBL Brasil I Participações S.A. ("Companhia", "TERP" ou "GLBLBR" e, em conjunto com suas controladas "Grupo") constituída em 26 de janeiro de 2015, é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Av. Alm. Júlio de Sá Birrenbach, 200 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22775-028, e tem por objeto: a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, em especial em Companhias que possuam como objeto atividades relacionadas à exploração, produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e de créditos de carbono gerados em razão dessas atividades. A Companhia tem por objeto social, ainda, a prestação de serviços de operação e manutenção de parques eólicos, bem como a prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro. Em 17 de outubro de 2024, os acionistas, por meio do Instrumento Particular de Transformação do Tipo Societário, alteraram o tipo societário da TERP para sociedade anônima de capital fechado. Em 06 de fevereiro de 2025 as Companhias TerraForm Global Brazil Holding B.V. e TerraForm Global International Holding B.V.a efetuaram a transferência das ações de sua titularidade da Companhia TERP GLBL Brasil I Participações S.A. para TerraForm Global Singapore PTE. LTD., no montante total de 392.336.428 ações. No dia 07 de fevereiro de 2025 a empresa TerraForm Global Singapore PTE. LTD., na qualidade de subscritor do fundo de investimento Power III Fundo de Investimento em participações, subscreveu e integrou suas quotas com a totalidade das ações detidas da TERP GLBL Brasil I Participações S.A. Desta forma, o referido Fundo passou a ser o acionista detentor da totalidade das ações da TERP, no montante de 392.336.428 ações. Em 20 de fevereiro de 2025, a Companhia solicitou a submissão do pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na categoria "B", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 80" e "Registro de Companhia Aberta", respectivamente), bem como a prática de todos os atos necessários para obtenção do Registro de Companhia Aberta; (ii) a criação e instalação do Conselho de Administração da Companhia; (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, adaptado às exigências legais e regulamentares aplicáveis ao registro de Companhia aberta. Em 09 de Maio de 2025, foi deferido o registro de emissor, na categoria "B", para a TERP GLBL Brasil I Participações S.A. 1. Contexto operacional — Continuação - A Companhia possui controle direto nas seguintes empresas (controladas):				
Investidas	Potência em MW	Nº da Autorização ANEEL	Local	Percentual de Participação (%)
Centrais Eólicas Alvorada Ltda. ("Alvorada")	8,00	695/2010	Caetitê-BA	100
Centrais Eólicas Candiba Ltda. ("Candiba")	9,60	691/2010	Guanambi-BA	100
Centrais Eólicas Guanambi Ltda. ("Guanambi")	20,80	700/2010	Guanambi-BA	100
Centrais Eólicas Guirapá Ltda. ("Guirapá")	28,80	743/2010	Guanambi-BA	100
Centrais Eólicas Igaraporá Ltda. ("Igaraporá")	30,40	696/2010	Igaraporá-BA	100
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda. ("Ilhéus")	11,20	690/2010	Igaraporá-BA	100
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda. ("L. de Almeida")	24,00	692/2010	Guanambi-BA	100
Centrais Eólicas N. S. Conceição Ltda. ("N. S. da Conceição")	28,80	693/2010	Igaraporá-BA	100
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda. ("Pajeú do Vento")	25,60	694/2010	Caetitê-BA	100
Centrais Eólicas Pindal Ltda. ("Pindal")	24,00	699/2010	Guanambi-BA	100
Centrais Eólicas Planaltina Ltda. ("Planaltina")	27,20	697/2010	Caetitê-BA	100
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda. ("Porto Seguro")	6,40	698/2010	Igaraporá-BA	100
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda. ("Rio Verde")	30,40	742/2010	Caetitê-BA	100
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda. ("Serra do Salto")	19,20	689/2010	Guanambi-BA	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)				
Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Venda de bens e/ou serviços, líquidas	14	56.747	48.278	409.260
Outras receitas		(183)	64	(6.849)
Total		56.564	48.342	402.411
Insunhos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros		(50.192)	(40.213)	(51.595)
Materiais, energia e outros		(1.813)	(2.045)	(4.968)
Total		(52.005)	(42.258)	(56.563)
Valor adicionado bruto		4.559	6.084	345.848
Retenções				
Depreciação e amortização	7	(1.700)	(486)	(97.569)
Valor adicionado líquido produzido		2.859	5.598	248.279
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	6	193.729	148.329	-
Receitas financeiras	17	15.829	1.892	31.441
Total		209.558	150.221	31.441
Valor adicionado total a distribuir		212.417	155.819	279.720
Pessoal				
Remuneração direta		1.920	1.792	1.920
Benefícios		1.049	1.021	1.049
FGTS		521	417	521
Outros		77	78	77
Total		273	276	273
Impostos, taxas e contribuições				
Federais		2.373	1.980	61.150
Estaduais		1.246	1.552	59.807
Municipais		-	(217)	33
Total		1.127	645	1.310
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	17	142.059	2.660	150.585
Despesas financeiras		135.928	2.474	138.106
Total		6.131	186	12.479
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido do exercício		66.065	149.387	66.065
Valor adicionado distribuído		212.417	155.819	279.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Declaração sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento às disposições constantes do artigo 27 da resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os auditores e concordaram Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, emitido em 26 de março de 2026, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios 2024 e 2025, São Paulo, 26 de março de 2026.

Carlos Gustavo Nogari Andrioli
Diretor - CPF: 861.403.379-68

Diretoria

Hamilton Ferreira da Silva
Controller - CRC: 1SP - 217.225-0

Bruno Alvarez Fabozi
Contador - CRC: SP - 291.800-0-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da TERP GLBL Brasil I Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos de auditoria, incluindo a reconciliação do saldo de receita de venda faturada por parte da diretoria; (ii) reconciliação do saldo de receita de venda fornecida e não faturada com os registros contábeis; (iii) comparação do valor estimado da receita de venda de energia fornecida e não faturada com o consumo médio real obtido através de relatórios disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no período subsequente e referente ao período anterior; e (iv) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento de receita de venda de energia fornecida e não faturada adotadas pelas controladas da Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a diretoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunci

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.748.188/0001-20

Continuação...

nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a

data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 26 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/O
Emerson Pompeu Bassetti Contador CRC SP-251558/O

Economia**Anfavea****Produção de veículos tem melhor resultado desde 2019**

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O desempenho do setor automotivo em março superou as expectativas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Segundo balanço da associação, divulgado ontem, este foi o melhor mês para a produção de veículos des-

de outubro de 2019 e também o melhor mês de março desde 2018, com 264,1 mil unidades produzidas entre automóveis, comerciais leves, ônibus e caminhões. Isso representou uma alta de 35,6% sobre março de 2025 e de 27,6% sobre fevereiro.

“Tivemos um excelente número de produção no mês de março, o melhor resultado em

um mês desde outubro de 2019, pré-pandemia. Esse foi um dado que nos chamou bastante a atenção”, disse Igor Calvet, presidente da Anfavea, durante entrevista à imprensa.

No acumulado do ano, a produção somou 634,7 mil unidades, um incremento de 6% em relação ao mesmo período do ano passado. Apesar do bom resultado,

Calvet acentuou que o setor se mantém em alerta, principalmente pela conjuntura externa e os conflitos no Oriente Médio que podem continuar pressionando o preço do petróleo.

Quanto aos emplacamentos, este foi o melhor mês de março desde 2013, com 269,5 milhões de autoveículos comercializados. Este também foi, segundo a Anfa-

vea, o melhor resultado para um mês desde dezembro de 2014.

Na comparação com março do ano passado, houve aumento de 37,8% nos emplacamentos. No entanto, a Anfavea ressalta que neste ano o mês de março teve mais dias úteis que no ano passado, quando teve o carnaval. Já em relação a fevereiro, o aumento foi de 45,5%.

Considerando-se as vendas

do primeiro trimestre deste ano, o crescimento alcançou 13,3% em relação ao mesmo período do ano passado, com 625,2 mil veículos emplacados.

“O desempenho surpreende, mas ainda não é tempo de comemorarmos. Março surpreende, mas são os próximos meses que vão definir como vamos lidar com o restante do ano”, disse Calvet.

ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

CNPJ nº 29.884.545/0001-90

AVISO DE LICENÇA

A ECORIOMINAS Concessionária de Rodovias S.A. torna público que requereu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA a análise do Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), referente ao trecho compreendido entre Sapucaia e Guapimirim, nos segmentos Km 2,033 ao Km 92,772 e Km 108,000 ao Km 108,715, em razão da ampliação da rodovia BR 116/RJ com vistas à obtenção da Licença Prévia (LP) do empreendimento, atestando sua viabilidade. **Julio Cezar Moreira de Amorim** - Diretor Superintendente.

LICEU FRANCO BRASILEIRO S.A.

CNPJ nº 33.547.449/0001-23

Assembleia Geral Ordinária - Convocação - Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2026 em sua sede social à Rua das Laranjeiras, 5/11/13/15, Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2025; b) Deliberação sobre o Resultado do Exercício; e c) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2026. A Administração.

OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.

CNPJ/MF: 01.761.273/0001-11

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam os senhores Sócios da Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda. (“Sociedade”) convocados para reunirem-se em Reunião de Sócios a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, às 13:25h, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), Centro, para deliberar sobre a tomada de contas dos administradores e do balanço patrimonial e resultado econômico da Sociedade referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2026.

MARIA AMÁLIA DELFIM DE MELO COUTRIM
Administradora da Sociedade

MOVIC INVESTMENT COMPANY S.A.

CNPJ: 14.287.378/0001-22 - NIRE: 33.3.0029958-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.

Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”), a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, às 09:25 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, e b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos diretores da Companhia para o exercício social de 2026. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º da Lei nº 6.404/76, bem como depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia. Rio de Janeiro, 8 de abril de 2026. Norberto Aguiar Tomaz, Diretor Presidente.

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 42.487.983/0001-82 - NIRE nº 33.3.0001715-1 de 19/06/85

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com sede na Rua da Assembleia, nº 85, sala 702, parte, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20.011-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.487.983/0001-82, por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, **Sr. Renato de Andrade Cabral**, na forma do Parágrafo Segundo do art. 25º do Estatuto Social da empresa **CONVOCA** todos os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser realizada no dia 17 de abril de 2026, às 09h00, de forma exclusivamente digital, por meio de videoconferência, no seguinte link: <https://teams.microsoft.com/meet/268427803559467?pj=yozUHQj6t0QssRR> A Assembleia terá por objeto deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: (i) aprovação da constituição de sociedade subsidiária integral da Astromarítima Navegação S.A., com vistas à otimização da gestão financeira do grupo; (ii) aprovação da cessão de direito creditório (precatório), oriundo do processo nº 0127513-79.2019.8.19.0001, para pagamento parcial de honorários advocatícios contratuais ao escritório Antonelli Advogados Associados; (iii) autorização para que a administração negocie e contrate financiamento na modalidade *Debtor-in-Possession Financing* (DIP), bem como para a constituição de garantias correlatas, inclusive mediante a oneração e/ou alienação fiduciária da embarcação denominada “CMT Mattos”; (iv) autorização para a realização de dação em pagamento, em favor do BNDES, das embarcações “Tupi” e “Enchova”; (v) autorização para o encerramento da sociedade Ástro Offshore Corporation. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2026.

RENATO DE ANDRADE CABRAL

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.762.124/0001-30 - NIRE: 33.3.0026109-5

COMPANHIA ABERTA**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.**

Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”), a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, às 08:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para: (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) destinar o resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (iii) eleger os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, e (b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no art. 119 da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato emitido em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, contendo a respectiva posição acionária, fornecida pelo órgão custodiante. Os acionistas poderão também votar através do Boletim de Voto à Distância disponibilizado através do site da B3, seguindo as instruções de preenchimento e envio do mesmo. Rio de Janeiro, 8 de abril de 2026. Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim, Presidente do Conselho de Administração.

CEL PARTICIPAÇÕES S/A - CELPAR

CNPJ nº 02.201.787/0001-85

Assembleia Geral Ordinária - Convocação - Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2026 em sua sede social à Rua Maria Angélica, 310, parte - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ, às 15:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2025; b) Deliberação sobre o Resultado do Exercício; c) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2026. A Administração.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE GERVEJA E BEBIDAS EM GERAL, TERCEIRIZADOS EM GERAL, SERVIÇOS GERAIS, ASSEMBLHADOS E AFINS DO RIO DE JANEIRO**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os diretores do Conselho Fiscal desta entidade sindical, para assembleia geral extraordinária a realizar-se no dia 13/04/2026, na Rua Barão nº 776 – Praça Seca - Jacarepaguá – Rio de Janeiro (SEDE DO SINDICATO), às 15hs, com qualquer quórum, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: a) Apresentação das planilhas trimestrais 2026. Rio de Janeiro, 07 de abril de 2026.

Washington Luiz Marcelino dos Santos
Presidente

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

GOVERNO DO BRASIL
MINISTÉRIO DA SAÚDE
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.008/2026

A Pregoeira Maritica Freitas da Silva convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.008/2026 no dia 24/04/2026 às 11h00min. - **Objeto: Aquisição de Curativos** (curativo integro, curativo translúcido em acrílico 15x10 cm e curativo translúcido 30x10cm). Processo nº. 33409.007817/2025-31. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Companhia Aberta - Categoria A - Registro CVM nº 27.502

CNPJ/MF nº 07.714.104/0001-07 - NIRE 33300328980

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), ficam os Srs. Acionistas da **Giga Mais Fibra Telecomunicações S.A.**, sociedade anônima com registro de emissora de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) - Categoria “A” - sob o código 27.502, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº 07.714.104/0001-07, com sede à Rua Manoel Serrazina, nº 620, bairro Almas do Mato, CEP 28640-000, na cidade do Carmo, Estado do Rio de Janeiro (“Companhia”), convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGE”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2026, às 15 horas, no formato híbrido, isto é, remotamente, por videoconferência via plataforma digital *Microsoft Teams* (“Plataforma Digital”), e presencialmente no escritório administrativo da Companhia, na Rua Henrique Schaumann, nº 270, 12º andar, bairro Pinheiros, CEP 05413-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme previsto no inciso II do art. 70 da Resolução nº 81 da CVM, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), para deliberarem acerca das seguintes matérias: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; **(ii)** reafirmar as demonstrações financeiras e a deliberação quanto à destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e **(iii)** eleger novo membro do Conselho de Administração da Companhia, considerando a renúncia apresentada pelo Sr. Diogo Bassi. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; **(ii)** reafirmar informação relativa ao conselheiro Sr. Eduardo Sirotsky Melzer que constou na ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2025; e **(iii)** alterar o endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social. **Instruções Gerais:** A participação na AGE será realizada por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, que possibilitará a participação e votação a distância dos acionistas. Para o computo da presença dos acionistas, seja por comparecimento presencial ou virtual, os acionistas deverão enviar, até 1 (um) dia antes da realização da AGE, para o e-mail: societario@aloha.com, com cópia para: ri@aloha.com; **(i)** a confirmação de sua participação acompanhada do CNPJ ou CPF dos acionistas, conforme o caso, **(ii)** a indicação dos representante(s) que participará(ão) da AGE, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato, e **(iii)** as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, incluindo eventual procuração outorgada nos termos do artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia enviará aos acionistas, por e-mail, na data de envio deste Edital de Convocação, as orientações para acesso ao local e os dados para conexão à plataforma *Microsoft Teams*. No dia de realização da AGE, recomenda-se que os acionistas que comparecerão virtualmente, que se conectem com 10 (dez) minutos de antecedência para aferição dos participantes. A participação por meio da plataforma digital garante aos acionistas a sua presença na AGE e estes serão considerados, para todos os fins, assinantes da ata. As informações detalhadas relativas à participação na AGE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na Proposta da Administração para a AGE (“Proposta da Administração”) que está disponível na sede da Companhia. Carmo/RJ, 7 de abril de 2026.

Eduardo Sirotsky Melzer - Presidente do Conselho de Administração.



GOVERNO DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

CELSE SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 90.013/2025 – UASG 153010**

OBJETO: contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviço de vigilância e segurança armada, na escala 12x36 diurno e noturno, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.001830/2024-09. **TOTAL DE ITENS LICITADOS:** 01 (um). **EDITAL:** 9/4/2026, das 8h às 17h59. Endereço: Av. Maracanã, nº 229, Maracanã – Rio de Janeiro/RJ ou <https://www.gov.br/compras/edital/153010-5-90013-2025>. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 9/4/2026, às 8h, no site www.gov.br/compras. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 28/4/2026, às 10h, no site www.gov.br/compras. **INFORMAÇÕES GERAIS:** Em caso de divergência entre as especificações oriundas do código CATMAT/CATSER (constantes no Portal de Compras Governamentais e na nota de empenho pela não possibilidade de edição das informações) e do edital e seus anexos, este último sempre prevalecerá. Portanto, o fornecedor estará vinculado a sua proposta que, por sua vez, deverá atender aos critérios técnicos e de especificação estabelecidos no edital, termo de referência e demais anexos. **Rio de Janeiro, 7 de abril de 2026. Luana Carrilho Costa – Pregoeira.**

Polícia Militar

Oficial preso por feminicídio será julgado por 3 coronéis

RARIANE COSTA/AE

Três coronéis da Polícia Militar foram designados para conduzir o Conselho de Justificação que vai analisar a permanência do tenente-coronel Geraldo Leite Rosa Neto na corporação. Transferido para a reserva na última semana, ele está preso sob suspeita de feminicídio e fraude processual.

A formação do conselho foi oficializada no Diário Oficial, por ato do secretário da Segurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves, no último dia 31.

Segundo o documento, o processo será conduzido em formato digital, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com garantia de ampla defesa e contraditório ao oficial.

O procedimento tem prazo

inicial de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 20. Ao final, o Colegiado poderá recomendar desde a absolvição até sanções mais graves. A decisão definitiva caberá ao Tribunal de Justiça Militar de São Paulo (TJM-SP), responsável por analisar o parecer e definir a eventual aplicação das punições.

Rosa Neto é réu pela morte da ex-mulher, a soldado Gisele Al-

ves Santana, baleada na cabeça em 18 de fevereiro no apartamento em que viviam no centro de São Paulo. O caso corre na Justiça Comum enquanto, paralelamente, a Justiça Militar avalia a conduta do oficial no âmbito disciplinar.

O tenente-coronel nega envolvimento no crime e alega que a ex-mulher atentou contra a própria vida.

Caravana 3D

SP lança pedra inicial de novo hospital em Bragança Paulista

GOVERNO DO ESTADO DE SP



Estado investe R\$ 60,4 milhões para construção do Hospital Santa Clara da Providência de Deus e anuncia R\$ 5,8 milhões para reforço da hemodiálise.

O Governo de São Paulo deu início ontem à oitava edição da Caravana 3D – Desenvolvimento, Dignidade e Diálogo com medidas para fortalecer a saúde nos municípios da região de Campinas. Durante a primeira agenda, em Bragança Paulista, o governador Tarcísio de Freitas lançou a pedra fundamental do Hospital Santa Clara da Providência de Deus e anunciou R\$ 5,8 milhões para a ampliação dos serviços de hemodiálise oferecidos na cidade e que beneficiam toda a região.

Para viabilizar o projeto, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) firmou convênio no valor de R\$ 60,4 milhões para a construção de um novo bloco hospitalar do Hospital Santa Clara. O empreendimento terá capacidade para comportar 150 leitos de internação, sendo 20 de Unidade de Terapia Intensiva. Serão entregues 77 leitos na fase inicial do projeto, enquanto o restante entrará em funcionamento gradativamente, conforme o andamento da implantação da unidade.

“Estamos começando a oitava Caravana 3D por Bragança Paulista, onde ampliamos a assistência em hemodiálise. Já o Hospital Santa Clara representa um alívio para a região. Toda vez que se investe na saúde da região bragantina, no Circuito das Águas, a gente está também descomprimindo a região de Campinas”, disse o governador. “A Caravana 3D aproxima o Governo do Estado dos municípios. Traze-mos o gabinete para a região e ficamos à disposição para ouvir as lideranças locais e saber quais são as demandas.”

A nova unidade hospitalar terá 7.331 m², com térreo e cinco andares, e será executada em duas fases, com previsão de entrega da etapa inicial no final de 2026. A estrutura será voltada à oferta de serviços de alta complexidade, com atendimento em clínica médica, cirúrgica, pediátrica e obstétrica, além de UTI adulto, diagnóstico por imagem, novo pronto-socorro e serviço de ressonância magnética.

A implantação do Hospital Santa Clara ampliará a capacidade assistencial da região e fortalecerá o acesso da população a serviços hospitalares especializados. Com a nova unidade, a região contará com aproximadamente 400 novas contratações diretas de equipes multiprofissionais, apoio e administrativo, além da ampliação do corpo clínico. O projeto também fortalece a formação em saúde, com expansão de vagas para residência médica e multiprofissional, além de campos de estágio.

HEMODIÁLISE

No Hospital Universitário São Francisco na Providência de Deus, será realizada a ampliação da unidade de hemodiálise, a única da região que atende pelo SUS. Com investimento de R\$ 2,56 milhões, a capacidade será ampliada de 30 para 50 poltronas, além de melhorias estruturais para aumen-

tar a eficiência do serviço e reduzir o tempo de espera. Também foi firmado convênio de R\$ 3,25 milhões para a aquisição de equipamentos e mobiliários, fortalecendo a oferta de diálise e ampliando a capacidade de atendimento na unidade.

“Estamos falando de um investimento que responde a duas demandas centrais da região: ampliar a retaguarda hospitalar e fortalecer o atendimento em hemodiálise. O novo hospital representa um avanço estruturante para Bragança Paulista e entorno, com mais leitos, mais capacidade assistencial e mais segurança para a população. Ao mesmo tempo, a expansão da terapia renal reforça um serviço essencial, reduz espera e garante mais dignidade a quem depende de tratamento contínuo pelo SUS”, afirmou o secretário estadual de Saúde, Eleuses Paiva.

O Hospital Universitário São Francisco é a principal referência em atendimentos de média e alta complexidade na Região Bragantina, atendendo cerca de 500 mil habitantes. A unidade é contemplada pela Tabela SUS Paulista, iniciativa da SES-SP que complementa os valores pagos pelo SUS federal, contribuindo para reduzir a defasagem histórica dos procedimentos e ampliar a oferta de atendimentos. Entre 2024 e 2025, o hospital recebeu mais de R\$ 78 milhões em investimentos.

A assistência abrange atendimentos de urgência e emergência, cirurgia cardíaca, hemodinâmica, partos de alto risco, oncologia (clínica, cirúrgica, quimioterapia e radioterapia), ortopedia e traumatologia, neonatologia, neurocirurgia, cirurgia pediátrica, terapia renal substitutiva e atendimentos ambulatoriais especializados.

Como hospital de ensino, a unidade mantém programas de residência médica em 19 especialidades, entre elas Anestesiologia, Cancerologia, Cardiologia, Cirurgia Geral (básica e avançada), Clínica Médica, Coloproctologia, Medicina Intensiva, Nefrologia, Neonatologia, Neurocirurgia, Obstetrícia e Ginecologia, Ortopedia e Traumatologia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Psiquiatria e Urologia.

CARAVANA 3D

A Caravana 3D é uma iniciativa do Governo de São Paulo que percorre as regiões do estado para levar políticas públicas com foco nos três pilares da gestão: desenvolvimento, dignidade e diálogo. A proposta é fortalecer a articulação com os municípios, promovendo entregas e investimentos que considerem as necessidades locais e contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população. Antes do Vale do Paraíba, a ação passou por São José do Rio Preto, Aracatuba, Marília, Sorocaba, Presidente Prudente e Itapeva.

A Caravana reforça o compromisso do governo paulista com uma atuação mais próxima e integrada, baseada na escuta do cidadão e no diálogo com lideranças locais. Em cada etapa, são realizadas visitas aos municípios e ocorrem anúncios de ações concretas nas áreas de saúde, educação, habitação, infraestrutura e segurança.

Cidade Tiradentes

MP de SP vai investigar morte de mulher baleada por policial militar

O Ministério Público de São Paulo anunciou que vai investigar a morte de Thawanna da Silva Salmázio, que morreu na última sexta-feira após ser baleada por um policial militar no bairro de Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

Os promotores de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Se-

gurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial (GAESP) estarão à frente do processo que vai apurar as circunstâncias da morte da mulher de 31 anos.

O crime aconteceu, segundo informações do companheiro da vítima, quando ele e Thawanna andavam na rua. O homem se desequilibrou e bateu

com o braço no retrovisor de uma viatura policial, que parou para averiguar a situação. Houve um princípio de confusão e os agentes policiais afirmaram que tiveram de usar força para deter o casal. Thawanna foi baleada.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a vítima foi levada ao Hospital Tiraden-

tes mas não resistiu aos ferimentos. A SSP informou que os policiais envolvidos no caso foram afastados do serviço operacional até a conclusão das investigações.

As imagens das câmeras corporais serão analisadas e encaminhadas às autoridades responsáveis.

Feminicídio

Denúncia é fundamental para romper o ciclo da violência afirma secretária

A secretária de Políticas para a Mulher do Estado de São Paulo, Adriana Liporoni, afirmou que o enfrentamento à violência doméstica exige ação coletiva e acesso facilitado à rede de proteção, destacando o papel do movimento SP Por Todas na ampliação das políticas públicas voltadas às mulheres. “Acabou essa história de que em briga de marido e mulher não se mete a colher. Quando há violência, é preciso agir. Isso salva vidas”, disse durante entrevista ao podcast SP Pod, da Agência SP.

Durante a entrevista, a secretária destacou a evolução das políticas públicas desde a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), há mais de 40 anos. “A delegacia é a porta de entrada, mas não é o fim. A partir dali, a mulher é encaminhada para uma rede de proteção com atendimento psicológico, social e apoio para reconstruir sua autonomia”, explica a secretária.

Hoje, o estado conta com 144 unidades, sendo 18 com atendi-

mento 24 horas, além da DDM Online, que permite registrar boletins de ocorrência e solicitar medidas protetivas de forma remota, ampliando o acesso das mulheres à justiça.

Na última semana, o Governo de São Paulo lançou um pacote de medidas com metas para ampliar o combate à violência, incluindo a expansão de serviços, integração de dados e reforço na rede de atendimento. As ações fazem parte do movimento SP Por Todas, que reúne iniciativas de prevenção, acolhimento e autonomia feminina. “O SP Por Todas integra ações de proteção, capacitação e geração de renda para que a mulher tenha condições reais de reconstruir sua vida”, complementa Liporoni.

O Governo de São Paulo também tem investido na digitalização dos serviços. Por meio do aplicativo SP Mulher Segura e de plataformas online, é possível registrar ocorrências, acessar orientações e acionar rapidamente a rede de proteção.

“Hoje a mulher pode fazer um

boletim de ocorrência e pedir medida protetiva de qualquer lugar, a qualquer hora, o que amplia muito o acesso à justiça”, esclarece a secretária. O aplicativo Mulher Segura reúne informações sobre delegacias e outros serviços essenciais, além de permitir pedidos de ajuda de forma discreta e segura.

Outro destaque é o monitoramento de agressores com torneleiras eletrônicas, medida pioneira no estado, integrada ao uso do botão do pânico.

“O botão do pânico aciona imediatamente a Polícia Militar em caso de risco, garantindo resposta rápida em situações de ameaça”, acrescenta a secretária. O dispositivo do botão de pânico, disponível para mulheres com medida protetiva, aciona imediatamente a Polícia Militar em caso de risco, com base na geolocalização da vítima, am-

pliando a resposta rápida das forças de segurança.

Segundo Liporoni, o objetivo das políticas é garantir que a mulher não apenas denuncie, mas tenha suporte completo para romper o ciclo da violência.

O Estado também tem ampliado a integração com serviços de apoio para garantir que a vítima consiga acessar a rede de proteção após o registro do boletim. Entre as iniciativas está a oferta de transporte seguro para deslocamento até delegacias ou institutos médicos legais quando necessário. Essas viagens são subsidiadas pela 99, por um convênio assinado com a SSP em janeiro de 2025.

Com o SP Por Todas, o Governo de SP tem estruturado uma rede de políticas públicas inovadoras para enfrentar a violência doméstica e garantir saúde e dignidade às mulheres.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS, EM 3 SÉRIES, DA 33ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 33ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/ME”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Titulares dos CRI”, “CRI”, “Emissão” e “Securitizedadora” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 11 (“Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 33ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização”), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI (“AGT”), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 29 de abril de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme Cláusula 7.1, subitem “i” do “Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças”; (ii) “Contrato de Cessão de Crédito” em razão do desequilíbrio do Fundo de Reserva, conforme estipulado na Cláusula 5.9 do Contrato de Cessão de Créditos consorte apuração realizada no mês de fevereiro de 2026; (iii) Caso aprovado o item (ii) acima, conceder prazo adicional de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de realização da Assembleia, para que a Devedora recomponha o Fundo de Reserva; e (iv) Aprovar a concessão de waiver prévio, a fim de não configurar um Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 7.1, subitem “ii”, do Contrato de Cessão de Crédito, em decorrência do possível descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar as Demonstrações Financeiras auditadas referente ao encerramento do exercício social de 2025, de acordo com a Cláusula 7.1, item “xviii” do Contrato de Cessão. Fica consignado que a verificação do índice ICSD, prevista na Cláusula 7.1, subitem “xviii”, do Contrato de Cessão de Crédito, somente será realizada após o envio das Demonstrações Financeiras acima referidas; (v) Caso aprovado o item (iii) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 30 (trinta) dias, contados da data de realização da Assembleia, para que a Devedora realize a entrega das demonstrações financeiras auditadas acima referidas; e (vi) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. **Instruções Gerais:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail f.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto: “Documentos para AGT – CRI Forgreen 33”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizedadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedadora, os documentos necessários para a elaboração da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).
 São Paulo, 09 de abril de 2026
Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO EM SÉRIE ÚNICA DA 178ª (CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em série única, da 178ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/ME”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Titulares dos CRA”, “CRA”, “Emissão” e “Securitizedadora” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA (“Assembleia Especial”), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 28 de abril de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a possibilidade do Avalista Pessoa Física, conforme definido nos documentos da operação, outorgar garantia fidejussória sob a forma de aval em uma outra operação de certificados de recebíveis do agronegócio, sem que tal participação caracterize Evento de Vencimento Antecipado Não Automático no âmbito da presente Emissão, conforme disposto na cláusula 4.27.2, subitem (x) do “Termo de Securitização de Direitos Creditórios Do Agronegócio Para Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio, Em Série Única, Da 178ª (Centésima Septuagésima Oitava) Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Agripar Biofertilizantes de São Paulo Ltda.” (“Termo De Securitização”). Fica consignado que, durante o período compreendido entre a data de publicação do edital de primeira convocação e a data da aprovação da presente matéria em Assembleia, poderá ocorrer o efetivo ingresso do Avalista Pessoa Física na referida operação. Nessa hipótese, caso este item seja aprovado, será integralmente afastada a caracterização de evento de vencimento antecipado, nos termos da cláusula 4.27.2, subitem (x) do Termo de Securitização; (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. **Instruções Gerais:** A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail f.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br indicando no assunto: “Documentos para Assembleia Especial – CRA Agrónia, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizedadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedadora, os documentos necessários para a elaboração da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).
 São Paulo, 08 de abril de 2026. **Alejandro Merino** - Diretor de Securitização

TCU

Deputados oficializam candidatura a ministro do Tribunal de Contas

VICTOR OHANA/AE

Foram formalizadas ontem, candidaturas de deputados federais que vão concorrer ao cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) deixado por Aroldo Cedraz em fevereiro. São eles: Odair Cunha (PT-MG), Soraya Santos (PL-RJ), Elmar Nascimento (União Brasil-BA), Hugo Leal (PSD-RJ), Danilo Forte (PP-CE), Gilson Daniel (Podemos-ES) e Adriana Ventura (Novo-PS).

Odair tem o apoio do presidente da Câmara dos Deputa-

dos, Hugo Motta (Republicanos-PB), e a assinatura de 12 partidos: Republicanos, PT, PP, MDB, PSB, PDT, PV, PCdoB, PSOL, Solidariedade, Cidadania e PRD.

Soraya lançou a sua candidatura com a indicação do PL e com o apoio do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à presidência da República.

Elmar e Leal foram indicados pelos seus partidos, que têm bancadas numerosas. Já Danilo Forte, apesar de ser do PP, teve a candidatura indicada pelo PSDB.

Caso Buzzi

PGR se manifesta a favor de investigação contra ministro do STJ

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



MARIA MAGNABOSCO/AE

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou favorável à abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) para apurar a conduta do ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), suspeito de importunar sexualmente uma jovem de 18 anos e assediar sexualmente uma ex-assessora. Na manifestação, a PGR entende que as declarações das vítimas e as provas produzidas em processos administrativos já são suficientes para a abertura de investigação criminal.

Buzzi é alvo de um processo administrativo preliminar no STJ e está afastado do cargo desde o dia 10 de fevereiro para investigação de acusações de crimes sexuais contra as duas mulheres.

A primeira acusação é de familiares de uma jovem de 18 anos, amigos de Buzzi. Segundo os relatos, a vítima passava férias com os pais e a família do ministro no imóvel dele, localizado em Santa Catarina. Lá, o magistrado teria tentado agarrar a jovem à força.

Após a denúncia dela, uma mulher que trabalhou com o ministro relatou fatos similares ao primeiro caso. A ex-assessora de Buzzi denunciou ao CNJ cinco episódios em que teria sido assediada sexualmente e ainda um outro de assédio moral durante o período no qual trabalhou no gabinete. A defesa do ministro nega as acusações.

No dia 31 de março, o procurador-geral da República, Paulo Gonet (foto), enviou ao ministro Nunes Marques, relator do caso no STF, um parecer favorável à abertura de inquérito criminal, com envio dos autos à autoridade policial para diligências por 60 dias, sob sigilo, e posterior retorno

do caso ao Ministério Público para nova avaliação. O caso tramita em sigilo.

O advogado Daniel Bialski, que representa a jovem e sua família, afirmou ao Estadão que espera que "efetivamente, a investigação siga o seu curso normal, para que os graves fatos reportados sejam apurados para respaldar futura ação penal".

Em nota enviada ao Estadão, a defesa de Buzzi diz acreditar que o relator do caso no STF "saberá sopesar o conjunto de elementos para, assim, indeferir a abertura do inquérito policial".

"Com respeito, a defesa do Ministro Buzzi discorda da manifestação pela instauração de inquérito policial diante da apresentação das inúmeras contraprovas já documentadas no procedimento preparatório. Assim, se os depoimentos iniciais podem ser considerados indícios, não se pode desconsiderar a plêiade de provas que demonstram a inexistência dos fatos declarados", informa a defesa.

No próximo dia 14, os ministros do STJ decidirão em plenário se vão abrir um processo administrativo disciplinar (PAD) contra o magistrado e o parecer da PGR pode pesar na decisão.

APOSENTADORIA

O STF e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também apuram os casos de assédio e importunação sexual. No pior dos cenários para Buzzi, ele poderia ser condenado pelo CNJ a aposentadoria compulsória, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

No dia 16 de março, contudo, o ministro Flávio Dino, do STF, acabou com essa pena. Dino ordenou que infrações graves devem resultar na perda do cargo.

PREOCUPAÇÃO

Lula defende proibição de bets e fim da jogatina no país

RICARDO STUCKERT/PR

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, ontem, a proibição, no Brasil, das apostas eletrônicas de quota fixa, as chamadas de bets. Em entrevista ao canal ICL Notícias, Lula mostrou preocupação sobre o nível de endividamento da população brasileira e o agravamento de problemas de saúde pública decorrentes do vício em jogos.

"Se depender de mim, a gente fecha as bets", disse, ressaltando que uma decisão final sobre o assunto depende de articulação com o Congresso Nacional. "Não é possível a gente continuar com essa jogatina desenfreada nesse país. Isso leva a sociedade a cometer desvios", acrescentou Lula.

O debate político, entretanto, seria complexo, já que, segundo o presidente, o setor de apostas possui forte influência e financia parlamentares e partidos políticos.

Lula argumentou que o endividamento no Brasil tem raízes nos baixos salários e que o governo está estudando propostas para ajudar as famílias a quitar dívidas. Para ele, o endividamento está sendo potencializado pela promessa de "ganho rápido" das apostas.

"Todo mundo quer ganhar um dinheirinho a mais, mas quando a pessoa está viciada no jogo, tem que tratar isso como uma questão de saúde. Eu conheço pessoas que perderam o carro, perderam a casa. Pessoas que se matam", lamentou o presidente.



sidente.

De acordo com o Banco Central, no primeiro trimestre de 2025, os apostadores destinaram até R\$ 30 bilhões por mês às bets.

Ainda, ao defender o fim das bets, Lula comparou a situação atual com a proibição histórica dos cassinos físicos e do jogo do bicho no país. Para o presidente, a tecnologia derrubou barreiras que protegiam as famílias.

"Eu passei toda minha vida ouvindo dizer que não era possível ter jogo de azar, ter cassino, o jogo do bicho era contravenção. Hoje o cassino está dentro da sua casa, com o seu filho de 10 anos (...) utilizando o celular do pai que é contra o jogo de azar,

gastando dinheiro desnecessário e enricando as bets", disse.

Além disso, ao rebater o argumento de que os clubes de futebol dependem dos patrocínios dessas empresas, o presidente lembrou que "o futebol viveu um século e meio sem as bets".

ENTENDA

Desde 2018, as apostas de quota fixa de eventos esportivos são legalizadas no país, por meio da Lei 13.756/2018. Coube ao atual governo a regulamentação da atividade, feita em 2023, com a aprovação e sanção da Lei 14.790/2023, com a legalização também dos jogos online dessa modalidade.

O Ministério da Fazenda re-

cebeu a competência de regular esse setor e criou, em 2024, a Secretaria de Prêmios e Apostas. Desde então, já foram publicadas dezenas de portarias com regras relacionadas às apostas.

Enquanto o presidente defende o fim das bets, a regulamentação e ampliação de cobranças sobre o setor vem avançando a arrecadação do governo. De acordo com a Receita Federal, em janeiro e fevereiro deste ano, a tributação sobre apostas online e jogos de azar gerou R\$ 2,5 bilhões, contra R\$ 756 milhões no primeiro bimestre do ano passado. O crescimento no setor atinge 236% na comparação anual.

GOLPISTAS DE FARDA

Moraes manda PM do DF declarar perda de cargo de coronéis do 8/1

PEDRO PENTEADO/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ordenou na terça-feira, que a Polícia Militar do Distrito Federal formalize a demissão dos cinco coronéis condenados por omissão nos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023. A ordem veio depois que a própria corporação pediu orientação ao tribunal sobre como cumprir essa parte da sentença.

No pedido, a PM argumentou que a Constituição prevê regras específicas para a perda de posto e patente de oficiais militares e que os cinco coronéis já estavam na reserva remunerada, ou seja, aposentados com salário pago pelo Estado. Segundo a corporação, esses fatores cria-

vam dúvida sobre o procedimento correto a seguir.

Moraes descartou os argumentos e afirmou que a questão já está resolvida por decisão anterior do próprio STF. Nela, a Justiça comum pode determinar a perda do cargo de policial militar diretamente na sentença condenatória, sem precisar acionar a Justiça Militar.

Segundo ele, a regra vale quando a pena supera quatro anos de prisão por crime comum, como é o caso dos cinco coronéis. (Leia mais abaixo)

CONDENAÇÃO

A Primeira Turma do STF condenou os cinco oficiais, por unanimidade, em dezembro de 2025. O relator, Alexandre de Moraes, foi acompanhado pelos

ministros Cármen Lúcia, Cristiano Zanin e Flávio Dino. Cada oficial foi condenado a 16 anos de prisão, em regime fechado, e ao pagamento de multa. O tribunal também fixou uma indenização de R\$ 30 milhões por danos morais coletivos, a ser paga em conjunto pelos cinco.

Os crimes pelos quais foram condenados são: tentativa de destruição do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano ao patrimônio da União e destruição de patrimônio tombado. Na mesma ação, dois militares foram absolvidos por falta de provas: o major Flávio Silvestre de Alencar e o tenente Rafael Pereira Martins.

O tribunal entendeu que os cinco coronéis não agiram para

impedir os ataques mesmo tendo meios e obrigação legal de fazê-lo. Para os ministros, a omissão foi intencional e incompatível com a permanência no serviço público.

Os cinco coronéis são Fábio Augusto Vieira, então comandante-geral da PMDF; Klepter Rosa Gonçalves, então subcomandante-geral; Jorge Eduardo Naime Barreto, então chefe do Departamento de Operações; Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra, que chefiava interinamente o mesmo departamento; e Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues, então comandante do 1º Comando de Policiamento Regional. Eles estão presos no 19º Batalhão da PMDF, a Papudinha, em Brasília, desde 11 de março.

BOTAFOGO

Universitário é preso no Rio suspeito de estuprar adolescente dentro de bar

CAIO POSSATI/AE

A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu ontem, um estudante universitário suspeito de estuprar uma adolescente dentro de um bar em Botafogo, bairro da zona sul da capital fluminense.

João Pedro Hassan de Gusmão Lobo foi detido por agentes da 10ª Delegacia de Polícia (Botafogo), que investiga o caso, após a Justiça expedir um mandado de prisão preventiva por estupro qualificado. A defesa do suspeito não foi localizada.

De acordo com a polícia, o

crime aconteceu na última segunda-feira. No mesmo dia, a vítima foi à delegacia acompanhada da mãe para prestar queixa. Segundo o relato da adolescente, era a segunda vez que ela se encontrava com o rapaz. Eles marcaram perto da escola onde estuda, em Botafogo.

De lá, foram a um shopping para comer. Conforme a vítima, João Pedro começou a insistir para que o casal ficasse a sós em um local reservado, sugerindo até mesmo o estacionamento do centro comercial. As investidas foram negadas pela jovem.

Na sequência, os dois foram a um bar. Segundo a adolescente, o universitário voltou a insistir para que os dois tivessem um momento de intimidade e sugeriu que fossem ao banheiro do estabelecimento - o que foi novamente negado por ela.

De acordo com o relato, quando a jovem foi ao banheiro feminino sozinha, João Pedro Lobo a seguiu, entrou no espaço, tomou o celular dela e trançou a porta com os dois dentro do local.

"Segundo apurado, o investigado passou então a constranger a vítima à prática de atos se-

xuais sem seu consentimento e, na sequência, mediante emprego de força física, consumou a conjunção carnal, ignorando os pedidos de interrupção feitos pela menor, que verbalizava dor e solicitava que cessasse a agressão", apontou relato da Polícia Civil.

Ainda de acordo com a polícia, o exame pericial atestou o abuso sexual e outras provas reunidas ao longo da investigação comprovaram a "materialidade do crime". "Por isso, a autoridade policial representou pela prisão do homem" nesta quarta, por estupro qualificado.

CONGRESSO

Governo envia esta semana PL sobre fim da escala 6x1

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O governo federal enviará ao Congresso Nacional, ainda nesta semana, um projeto de lei (PL) que trata da redução de jornada semanal de trabalho sem redução de salários para o trabalhador. A informação é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista ao canal ICL Notícias, ontem.

Terça-feira, entretanto, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, disse que o debate ocorrerá por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que, atualmente, está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Embora tenha reconhecido a existência de outras propostas no Legislativo, o presidente Lula defendeu um texto próprio do governo para nortear a discussão.

Para o presidente, a melhoria das condições de trabalho, co-

mo o fim da escala de seis dias de trabalho e um de descanso (6x1), deveria ser consequência do aumento de produtividade do trabalhador diante dos avanços tecnológicos.

Durante a entrevista, Lula resgatou sua experiência como metalúrgico para ilustrar como a automação aumentou os lucros das empresas sem necessariamente beneficiar quem está no chão de fábrica. Segundo ele, na empresa Villares, a introdução de máquinas permitiu que ele passasse de uma produção de 4 peças para 80 peças por dia.

"Aquele ganho nunca foi para mim, foi para a empresa. Nem a redução da jornada é possível?", questionou, reafirmando que o aumento da produtividade, proporcionado pela tecnologia, já cobre os custos dessa transição.

Para o presidente, a mudança na escala de trabalho não é apenas uma questão econômica, mas de reeducação social e saúde mental. A proposta visa garantir que o trabalhador tenha

mais tempo para lazer, educação e para as responsabilidades domésticas e familiares.

"As pessoas precisam de mais descanso, mais lazer. A gente tem que reeducar o cara que trabalha, para que ele volte para casa e compartilhe com a companheira dele os afazeres de casa", disse Lula.

Apesar da defesa pela redução da jornada, o presidente disse que a lei deve ter brechas para permitir adaptações para diferentes setores da economia através de negociações coletivas. "Se tiver uma ou outra categoria que seja prejudicada, faz acordo. Nós não vamos proibir o sindicato de fazer acordo", disse.

PECS

Atualmente, a Constituição estabelece que a carga de trabalho é de até oito horas diárias e até 44 horas semanais. Lula não informou os termos do PL que o governo enviará sobre o assunto.

Hoje, a CCJ analisa os textos das PECs apresentadas pela de-

putada Érika Hilton (PSOL-SP) e pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). A expectativa é que o colegiado analise a admissibilidade da matéria na próxima semana.

O primeiro texto estabelece a escala 4x3, de quatro dias de trabalho e três de descanso e limita a duração do trabalho normal a oito horas diárias e 36 horas semanais. Ele ainda faculta a compensação de horas e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. Pela proposta, a nova jornada entra em vigor 360 dias após a data da sua publicação.

A segunda proposta também reduz a jornada de trabalho para oito horas diárias e 36 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, nos mesmos termos da proposta anterior. A matéria, entretanto, não trata da escala de dias de trabalho e prevê que a nova jornada entre em vigor 10 anos após a data de sua publicação.

STF

Moraes libera para plenário ação que pede limites para delação

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou ontem para julgamento a ação que pede a fixação de limites para acordos de delação premiada.

Moraes, relator do caso, pediu a inclusão do processo na pauta do plenário físico do Supremo.

A ação está em tramitação desde 2021 e foi protocolada pelo PT. O partido defende que a Corte determine a adoção de parâmetros para os acordos de colaboração firmados com investigados.

A legenda defende que a delação assinada com quem está preso deve ser considerada nula. O partido quer garantir

que a delação cruzada, quando um acusado delata outro, não seja usada para decretação de medidas cautelares.

A ação também quer garantir liberdade das partes para pactuar as cláusulas dos acordos, conforme limites pré-estabelecidos em lei.

A data do julgamento ainda não foi definida. Caberá ao presidente da Corte, ministro Edson Fachin, agendar a sessão.

CASO MASTER

O julgamento ocorre no momento em que o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, e seu cunhado, o empresário Fabiano Zettel, preparam uma proposta de delação premiada.

RIO

Incêndio não atinge pista do Velódromo Olímpico no Rio

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

A avaliação preliminar da equipe técnica da prefeitura do Rio e da direção da Confederação Brasileira de Ciclismo indica que não houve qualquer impacto à pista do Velódromo do Parque Olímpico, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, na Barra da Tijuca, zona sudoeste, atingido por um incêndio na madrugada desta quarta-feira.

O Rio Museu Olímpico, que fica no local, está praticamente preservado. Instalado em uma área de aproximadamente 1,7 mil metros quadrados, o espaço homenageia os Jogos de 2016 e reúne acervo de cerca de 1 mil peças, distribuídas em 13 áreas temáticas, com cerca de 80 experiências interativas e atividades.

O prefeito Eduardo Cavaliere explicou que uma pequena área do Rio Museu Olímpico foi atingida e será reformada. "O acervo não foi atingido, está completamente preservado. Além disso, todos os itens e equipamentos do museu têm seguro. Os engenheiros

da prefeitura já estão avaliando os eventuais danos, mas a estrutura do Velódromo está preservada, e a pista está intacta."

Além do museu, o Velódromo Olímpico é um equipamento ativo, com funcionamento contínuo e oferta regular de atividades esportivas e culturais gratuitas para a população.

Segundo a prefeitura, mensalmente, cerca de 2 mil pessoas participam das atividades no local. Ao todo, o espaço atende aproximadamente 4.280 pessoas, a partir dos seis anos de idade, distribuídas em 33 modalidades esportivas e de lazer, como vôlei, basquete, ginástica, ciclismo, jiu-jitsu, judô, beach tennis e handebol.

O Velódromo também mantém convênios com entidades esportivas de alto rendimento, como as confederações brasileiras de ciclismo, esgrima e levantamento de peso, além da federação de ginástica do Estado do Rio de Janeiro, permitindo que atletas das seleções utilizem o espaço para treinamentos.

MEDO DE QUE?

Campos Neto falta à CPI do Crime Organizado pela terceira vez

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O ex-presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, não compareceu à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, do Senado, ontem.

Convocado na condição de testemunha qualificada, por seu conhecimento técnico, Neto faltou ao depoimento após seus advogados comunicarem ao colegiado que a obrigatoriedade de sua presença violaria decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Esta é a terceira tentativa frustrada da comissão de ouvir o economista, que presidiu o BC entre 2019 e 2024. Segundo o presidente do colegiado, senador Fabiano Contarato (PT-ES), Neto foi, inicialmente convidado, depois, convocado, por ter condições de contribuir, de forma relevante, para os trabalhos da CPI, criada para apurar a atuação, expansão e o funcionamento de facções criminosas no Brasil.

A primeira tentativa da CPI de ouvir Neto ocorreu em 3 de março, quando o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), transformou a convocação em convite,



JOSE CRUZ/ABRASIL

tornando facultativa a participação do ex-presidente do BC na reunião.

O colegiado insistiu no convite para que Neto participasse da reunião de 31 de março. Diante da recusa do economista, o colegiado aprovou, na

mesma data, a convocação de Neto para a reunião de hoje - na qual os parlamentares estão ouvindo o depoimento do atual presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo.

A convocação, pela CPI, torna obrigatória a presença de qual-

quer pessoa. Os membros da comissão agora avaliam as medidas a serem tomadas em curto espaço de tempo, pois o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) decidiu não prorrogar os trabalhos da CPI, mantendo como limite o dia 14.

SÃO PAULO

Beneficência Portuguesa anuncia curso de Medicina para 2027

A Faculdade Beneficência Portuguesa, instituição ligada ao Beneficência Portuguesa de São Paulo (BP), anunciou a abertura do seu curso de Medicina. A universidade obteve autorização do Ministério da Educação (MEC) para oferecer a graduação, com início previsto para janeiro de 2027.

A instituição deve disponibilizar 100 vagas anuais, com processo seletivo previsto para novembro deste ano. Atualmente, a Faculdade BP oferece cursos de Enfermagem, Gestão Hospitalar e Psicologia, além de programas de pós-graduação e cursos de curta duração.

Um dos principais centros hospitalares do País, a BP passou a atuar na área educacional neste ano, após investir R\$ 70 milhões na estruturação da faculdade. A expectativa é de que, em até oito anos, o segmento de educação represente cerca de R\$ 400 milhões por ano, o equivalente a aproximadamente um quarto da receita do grupo, hoje estimada em R\$ 2 bilhões.

No primeiro semestre deste ano, a instituição abriu 100 vagas para cursos de Enfermagem, Psicologia e Gestão Hospitalar na modalidade a distância, já credenciados pelo MEC.

"Agora, temos um ecossiste-

ma com hospital, centro de pesquisa e faculdade. Essa integração faz toda a diferença para a formação dos alunos e é muito rica também para o nosso corpo médico. Avançamos para a graduação em Medicina com a concepção de que poderíamos oferecer um modelo formativo responsável, conectado à prática real e sustentado por padrões elevados de qualidade", afirmou a CEO da BP, Denise Santos.

De acordo com a instituição, o curso de Medicina será estruturado com simulações e atividades práticas, além de vivência hospitalar vinculada à BP e ao Sistema Único de Saúde (SUS).

As aulas serão no prédio da BP da Rua Martiniano de Carvalho, na Bela Vista.

"O curso de Medicina da Faculdade BP foi concebido para formar profissionais tecnicamente consistentes, eticamente comprometidos e preparados para atuar em contextos complexos. Nossa proposta combina desenvolvimento por competências, acompanhamento contínuo, integração com a prática e uma formação que valoriza tanto o conhecimento técnico quanto a empatia, o pensamento crítico e a responsabilidade social", afirma Ana Beatriz Akel, diretora da Faculdade BP.

ANALGÉSICO

Anvisa manda recolher lote de dipirona com desvio de qualidade

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou ontem o recolhimento de um lote de dipirona monoidratada 500 mg/ml (caixa com 100 ampolas com 2 ml de solução) produzido pela Hypofarma.

A resolução, publicada no Diário Oficial da União, também suspende a comercialização, a distribuição e o uso do lote 24112378 do produto. Segundo o texto, foi confirmado desvio de qualidade por presença de material particulado (não dissolvido) estranho à formulação.

Em nota, a Hypofarma des-

tacou que a ocorrência apontada pela resolução está relacionada a um único lote.

"A empresa reforça que todos os seus produtos são fabricados em conformidade com rigorosos padrões técnicos e regulatórios estabelecidos pelas autoridades sanitárias competentes."

Ainda de acordo com o comunicado, a empresa segue investindo na modernização de seus processos produtivos e na incorporação de novas tecnologias industriais, "com foco na excelência operacional e no aprimoramento constante de seus controles de qualidade".

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

DESDE 2016

Porto do Açu garante R\$ 237 mi em royalties retroativos a municípios

DENISE LUNA/AE

Três cidades do Rio de Janeiro serão beneficiadas com mais de R\$ 237 milhões em repasses de royalties acumulados desde 2016, após o Porto do Açu ser reconhecido oficialmente como base de embarque e desembarque de petróleo. A decisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) foi publicada na última quinta-feira, e impacta diretamente a distribuição das receitas provenientes das operações de transbordo do Açu.

Os pagamentos retroativos contemplam os municípios de São João da Barra (R\$ 99,1 milhões), Campos dos Goytacazes (R\$ 72,7 milhões) e São Francisco de Itabapoana (R\$ 65,3 milhões).

Atualmente, mais de um terço do petróleo bruto exportado pelo Brasil passa pelo Terminal de Petróleo (T-Oil) da Vast Infraestrutura, responsável pelas operações de transbordo no complexo.

Em 2025, o volume movimentado pelo terminal para exportação atingiu recorde de 30,6 milhões de toneladas de óleo cru. Com esse volume, o T-Oil respondeu por 48% do óleo cru embarcado via terminais no País para a exportação, mantendo a liderança nesse segmento.

Segundo o Açu, o T-Oil é o único terminal privado do Brasil autorizado a operar navios da classe VLCC (Very Large Crude Carrier) e atende as operadoras de óleo e gás que atuam no País.

STF

Fux vota por eleição indireta para governo do Rio; placar está 1 a 1

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Luiz Fux (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), votou ontem contra a realização de eleições diretas para o mandato-tampão de governador do Rio de Janeiro.

No entendimento do ministro, a eleição deve ocorrer por voto indireto, ou seja, pela deliberação dos deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

O ministro entendeu que a condenação do ex-governador Cláudio Castro pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) obriga a realização de eleição indireta para o comando interino do estado.

Além disso, Fux citou que as eleições gerais para o governo estadual estão previstas para outubro deste ano.

"Seria inconcebível que, no espaço de seis meses, a população fluminense fosse convocada para duas eleições, com enorme custo financeiro para Justiça Eleitoral, em torno de R\$ 100 milhões, além da notória dificuldade operacional", afirmou.

Com o voto de Fux, o placar do julgamento está empatado em 1 a 1. A sessão será retomada nesta quinta-feira.

Mais cedo, o ministro Cristiano Zanin, relator do caso, votou pela realização de eleições diretas.

No entendimento do ministro, a renúncia de Cláudio Castro, realizada no dia anterior ao julgamento do TSE, foi uma "tentativa de burla" para evitar a convocação de eleições populares no Rio.

O Supremo julga uma ação na qual o diretório estadual do PSD defende a realização de eleições populares para o comando interino do estado.

ENTENDA

A eleição para o mandato-tampão deverá ser realizada porque a linha sucessória do estado está desfalcada.

No dia 23 de março, o ex-governador Cláudio Castro foi condenado à inelegibilidade pelo TSE. Em função da condenação, o tribunal determinou a realização de eleições indiretas para o mandato-tampão.

Contudo, o PSD recorreu ao Supremo e defendeu eleições diretas. No dia anterior ao julgamento, Castro renunciou ao mandato para cumprir o prazo de desincompatibilização para se candidatar ao Senado. Ele poderia deixar o cargo até o dia 4 de abril.

A medida foi vista como

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



uma manobra para forçar a realização de eleições indiretas, e não diretas. Com a renúncia, o ex-governador poderia ter influência na eleição de um aliado para o governo interino.

O ex-vice-governador Thiago Pampolha deixou o cargo, em 2025 para assumir uma vaga no Tribunal de Contas do estado. Desde então, o estado não tem vice-governador.

O próximo na linha sucessória seria o presidente da Alerj, o deputado estadual Rodrigo Bacellar. No entanto, o parlamentar foi cassado na mesma decisão do TSE que condenou Castro e já deixou o cargo. Antes da decisão, Bacellar também foi afastado da presidência da Casa por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele é investigado no caso que envolve o ex-deputado TH Joias.

Atualmente, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJR), Ricardo Couto de Castro, exerce interinamente o cargo de governador do estado.

NOVAS ELEIÇÕES

Após a decisão da Corte, as eleições para o mandato-tampão deverão convocadas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio ou pela Alerj.

Com eventual decisão favorável às eleições diretas, o Supremo ainda precisará decidir se quem for eleito para comandar o estado ficará no cargo até o fim deste ano ou pelos próximos quatro anos.

Diante da proximidade das eleições gerais, que serão realizadas em outubro, a possibilidade de antecipação do pleito para governador é discutida pelos ministros que são favoráveis à eleição direta.

GUERRA NO ORIENTE

Cessar-fogo frágil sugere que EUA preparam novo ataque

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A fragilidade do acordo de cessar-fogo anunciado pelos Estados Unidos (EUA) e Irã, em meio a manutenção de grande mobilização de tropas estadunidenses no Oriente Médio, sugere que a trégua temporária serve para o Pentágono se preparar para um novo ataque massivo contra o Irã. A avaliação é de especialistas em geopolítica e questões militares consultados pela Agência Brasil.

O diretor do Instituto de Altos Estudos de Geopolítica, Segurança e Conflitos (GSEC), Rodolfo Queiroz Laterza, disse que o cessar-fogo, na forma como foi desenhado, sugere que a trégua é uma forma de Trump ganhar tempo.

"Estamos vendo é uma pausa operacional para finalidades de possível reabastecimento de munições e das unidades da Força Aérea norte-americana para um bombardeio massivo e/ou também um desembarque terrestre. Esse cessar-fogo é bastante precário", disse o historiador de conflitos armados.

O especialista em geopolítica

destaca que a movimentação de aeronaves na região é "colossal", com cerca de 500 aviões dos EUA em operação, cerca de um quarto da frota aérea militar do país.

Rodolfo ainda vê uma logística "crescente" e a brigada da artilharia de Washington mobilizada.

"Isso não indica paralisia ou acordo. Os EUA têm um padrão para se retirar dos conflitos. Eles promovem uma operação de bombardeio massivo, para gerar uma verdadeira terra arrasada, declaram vitória e se retiram. Isso aconteceu antes, no Vietnã do Norte, em 1972", explica Laterza.

A centésima onda de ataques do Irã, informada ontem, contra 25 alvos em Israel e outros países do Oriente Médio, incluindo a Arábia Saudita, reforça a fragilidade desse cessar-fogo, avaliou o diretor do GSEC.

O cientista político e especialista em geopolítica Ali Ramos destacou que os EUA têm uma capacidade de produzir, por ano, cerca de 90 mísseis Tomahawk e cerca de 500 a 600 mísseis Patriot, o que indica um esgotamento desses armamentos.

"Só na primeira semana foram gastos 800 mísseis Patriot. Eles estão com estoques baixos. Esses mísseis também são fornecidos ao Reino Unido, Japão, Austrália, Canadá e outros países. Existe um problema de estoque muito grande e, por isso, os ataques iranianos estavam, cada vez mais, passando pelas defesas aéreas", destacou.

Estudioso de Ásia, Teoria Militar e Defesa, Ramos também avalia que o cessar-fogo é uma pausa operacional para novo ataque massivo.

Ele destacou que aviões C-130 estão levando mais munição para o Oriente Médio. Porém, para o especialista, os EUA não teriam condições de manter uma longa guerra.

"Eles estão muito desgastados. Só que podem fazer um mega ataque, proclamar vitória e tentar fazer com que o Irã ceda mais. Tentaram isso no Vietnã também", recordou.

Ali Ramos avalia ainda que o Irã vem sendo pressionado por China e outros países para aceitar o cessar-fogo.

"A China fez pressão para o Irã aceitar. Os países do Golfo provavelmente também. Nesse

cenário, o Irã está mirando uma nova realidade estratégica na região para se posicionar como um ator moderado. Acredito que por isso que o Irã aceitou", disse.

ISRAEL

O ataque massivo de Israel contra o Irã ontem busca implodir o ainda frágil e temporário acordo de cessar-fogo entre EUA e Irã, avaliou Ali Ramos.

"Israel torpedeou todos os cessar-fogo até o momento na região, foi contra todos eles. Existe uma questão de sobrevivência na política doméstica israelense para (Benjamin) Netanyahu, que depende, por conta das acusações de corrupção contra ele, permanecer em guerra. Acredito que Israel vai fazer tudo para que essa guerra retorne", completou.

O Irã ameaça romper o cessar-fogo devido aos ataques de Israel contra o Líbano. Teerã exige que o cessar-fogo seja em todas as frentes de batalha.

Em entrevista à PBS News, o presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou que o Líbano não faz parte do acordo "por causa do Hezbollah".

Irã ameaça romper cessar-fogo após ataques de Israel contra o Líbano

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O Irã ameaça romper o cessar-fogo e retaliar Israel em resposta aos sucessivos bombardeios realizados contra o Líbano ontem. Fontes do governo iraniano informaram às agências de notícias do país persa que Teerã estuda retomar os ataques devido ao rompimento do acordo por parte de Israel.

"O Irã pode se levantar em uma ofensiva de defesa em grande escala a qualquer momento, já que o regime israelense está recorrendo à violação de um cessar-fogo frágil e temporário, alertou um alto funcionário da segurança", disse a mídia estatal iraniana Press TV.

O alto funcionário pediu que os países mediadores intervenham. O Irã exige que o cessar-fogo envolva todas as frentes de batalha, incluindo o Líbano e a Faixa de Gaza, alvos de bombardeios israelenses nos últimos 40 dias de guerra no Oriente Médio.

Em rede social, o porta-voz da Comissão de Segurança Na-

cional do Parlamento iraniano, Ebrahim Rezaei, defendeu a suspensão do cessar-fogo e o fechamento do Estreito de Ormuz.

"Em resposta à invasão selvagem dos sionistas ao Líbano, agora mesmo deve-se parar o tráfego de navios no Estreito de Ormuz. Os libaneses deram suas vidas por nós, e não devemos deixá-los sozinhos nem por um momento. Cessar-fogo ou em todas as frentes ou em nenhuma frente", disse.

Em comunicado divulgado pela mídia iraniana, as Forças Armadas do país informaram que manterão controle "inteligente" sobre o Estreito de Ormuz, por onde passam 20% do petróleo e gás mundial, sem especificar como seria esse controle.

A reabertura do Estreito de Ormuz por duas semanas foi uma das condições para o cessar-fogo entre os Estados Unidos (EUA) e o Irã.

ISRAEL ATACA LÍBANO

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, disse

que apoia o acordo costurado entre os EUA e o Irã, mas acrescentou que o Líbano ficaria fora do cessar-fogo. As Forças de Defesa de Israel (FDI) informaram ter bombardeado 100 alvos em dez minutos no sul do Líbano e Beirute.

O Ministério da Saúde do Líbano informou que, em contagem preliminar, os ataques de hoje causaram "dezenas de mortes e centenas de feridos".

Vídeos de prédios destruídos no centro da capital libanesa circulam nos veículos do país vizinho. O Hezbollah pediu aos moradores deslocados pela guerra que não retornem às suas residências até que o cessar-fogo seja oficialmente decretado no Líbano.

O primeiro-ministro do Líbano, Nawaf Salam, lamentou os ataques de Israel contra bairros residenciais e densamente povoados.

"(Israel não se importa) com todos os esforços regionais e internacionais para deter a guerra, não obstante o desprezo total pelos princípios do direito inter-

nacional e do direito internacional humanitário, que nunca respeitou de fato", escreveu em uma rede social.

O primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharif, que mediu o frágil cessar-fogo entre o Irã e os EUA, afirmou que a violação do acordo compromete o processo de paz.

"Eu apelo sinceramente e com toda a seriedade a todas as partes para que exerçam moderação e respeitem o cessar-fogo por duas semanas, conforme acordado, para que a diplomacia possa assumir um papel de liderança rumo a uma solução pacífica para o conflito", afirmou em mensagem nas redes sociais.

Até ontem, o Ministério da Saúde do Líbano calculava que a atual fase do conflito, iniciada no dia 2 de março, matou mais de 1,5 mil pessoas, ferindo mais 4,8 mil.

Israel ainda bombardeou 93 unidades de saúde libanesas e 57 profissionais de saúde foram assassinados. Mais de 1 milhão de pessoas foram deslocadas de suas residências no período

Presidência do Líbano convoca comunidade internacional para deter ataques de Israel

THAIS PORSCH/AE

A Presidência da República do Líbano pediu ontem, para que comunidade internacional assuma responsabilidades para deter os ataques repetidos de Israel ao país e coloque um fim à "abordagem agressiva" que

ameaça a segurança e a estabilidade na região.

"Esses ataques bárbaros, que não reconhecem a verdade nem respeitam quaisquer acordos ou compromissos, provaram repetidamente seu desprezo por todas as leis e normas internacionais. E vimos, ao longo de quin-

ze meses de acordo de cessar-fogo, a magnitude das violações e transgressões cometidas sem qualquer freio", escreveu a conta presidencial do Líbano no X.

O governo libanês pontuou que os israelenses voltaram a intensificar sua agressão ao país, "jogando fora todos os esforços

voltados para a calma e a estabilidade" na região.

A Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC, em inglês) afirmou nesta tarde que prepara uma "resposta pesada" após ataques de Israel contra Beirute, elevando a tensão depois de anúncio de um cessar-fogo com os EUA.

Genocida diz que cessar-fogo não encerra guerra e que Israel segue com o 'dedo no gatilho'

PEDRO LIMA/AE

O primeiro-ministro de Israel e genocida, Benjamin Netanyahu, afirmou que o cessar-fogo em vigor não representa o fim da campanha militar e que o país ainda pretende atingir novos objetivos, inclusive com a possibili-

dade de retomada dos combates. "O cessar-fogo não é o fim, mas uma etapa no caminho para alcançar todos os nossos objetivos", disse.

Em pronunciamento na tarde desta quarta-feira, Netanyahu declarou que Israel está "pronto para voltar a lutar a qualquer mo-

mento", acrescentando que o país mantém "o dedo no gatilho".

Segundo ele, a trégua temporária de duas semanas entre Estados Unidos e Irã foi estabelecida em coordenação com Israel e ocorre em um momento em que Teerã estaria "mais fraco do que nunca", enquanto Israel estaria

"mais forte do que nunca".

O premiê afirmou que os avanços recentes incluem ataques a instalações nucleares, fábricas, infraestrutura logística e capacidades de produção de mísseis do Irã, além de ações contra lideranças e estruturas de repressão do regime.